

O caminho para um Brasil justo e desenvolvido começa na escola

***Fernando Valente Pimentel**

A educação é o pilar fundamental para a transformação social e econômica de qualquer nação. No caso do Brasil, país de dimensões continentais e contrastes igualmente amplos, o desafio do ensino apresenta-se como o gargalo decisivo que nos impede de romper o ciclo da renda média e alcançar patamares superiores de desenvolvimento.

Embora tenhamos avançado de modo significativo nas últimas décadas em termos de acesso à educação básica, com a universalização do Ensino Fundamental e expansão do Superior, os indicadores qualitativos continuam alarmantes. Os resultados em rankings globais como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) revelam um Brasil sempre classificado nas posições inferiores, evidenciando que não basta garantir acesso às escolas. Muito mais do que isso, é preciso assegurar aprendizagem efetiva e consistente.

Nesse sentido, é interessante observar a experiência dos quatro estados brasileiros cujos alunos da rede pública apresentam as melhores médias do Ensino Médio no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica): Goiás, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará. Embora cada um deles tenha políticas específicas, observam-se estratégias semelhantes adotadas por suas secretarias de Educação. Dentre elas, as mais relevantes são o incentivo ao protagonismo dos jovens, o uso de avaliações efetivas como ferramentas pedagógicas para medir o desempenho dos alunos, a criação de uma cultura de gestão focada em resultados de aprendizagem e políticas de suporte às escolas. Mas, há uma questão instigante que nos desafia: por que não conseguimos escalar essas experiências exitosas para todo o território nacional?

A resposta passa por entender que a educação no Brasil tem sido tratada como política de governo, não de Estado. A descontinuidade de programas a cada ciclo eleitoral compromete resultados que, por natureza, só se consolidam no longo prazo. É neste exato ponto que a mobilização social torna-se imperativa. A ausência de manifestações públicas "candentes" cobrando um plano nacional de educação efetivo revela uma contradição incômoda: embora todos concordem, no discurso, com a importância do ensino, o sistema público de escolaridade ainda não se converteu em prioridade absoluta na prática social e política.

O desenvolvimento inclusivo, sustentável e sustentado que almejamos só será possível com uma revolução educacional que prepare nossos cidadãos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade em toda sua complexidade. Isso significa uma educação que desenvolva competências técnicas, sim, mas também socioemocionais, críticas, cidadãs e criativas.

O Brasil que queremos – inovador, produtivo, justo e sustentável – não nascerá de commodities ou vantagens naturais, mas da capacidade de nosso povo de criar, pensar e transformar realidades. Em um mundo cada vez mais impactado pela automação e inteligência artificial, é a educação de qualidade que garantirá nossa relevância econômica e soberania nacional.

O custo de nossa inércia é calculável: cada geração que passa pelos bancos escolares sem aprendizagem adequada representa décadas de potenciais não realizados, de produtividade comprometida, de inovações que deixarão de acontecer e de cidadania limitada. É um preço alto demais para continuarmos pagando.

Precisamos de um pacto nacional pela educação que transcenda ideologias, governos e interesses setoriais. Um compromisso com metas claras, monitoramento transparente e responsabilização efetiva. É necessário priorizar a formação e valorização dos professores, aprimorar a gestão escolar, modernizar currículos, ampliar o tempo de permanência nas escolas e integrar tecnologia de maneira inteligente ao processo educativo.

É hora de a sociedade brasileira mobilizar-se e exigir que o ensino seja tratado com a urgência e prioridade que merece. Não basta concordar com sua importância. É preciso cobrar resultados, participar ativamente dos conselhos escolares, fiscalizar a aplicação de recursos e, principalmente, valorizar a profissão docente e o conhecimento como bens essenciais.

A escalada para o desenvolvimento passa, inevitavelmente, pelos bancos escolares. Se quisermos supérar o status de país de renda média e construir um Brasil próspero e justo, não há outro caminho senão uma radical transformação educacional. Não estamos falando apenas sobre crescimento econômico, mas a respeito do tipo de sociedade que queremos ser. Todos pela educação, mais do que um slogan, deve ser um imperativo nacional. O futuro do Brasil não pode mais esperar.

***Fernando Valente Pimentel** é o diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).